

DOSSIÊ: Empreendimentos sociais, elite eclesiástica e congregações religiosas no Brasil
República: a arte de “formar bons cidadãos e bons cristãos”

A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo¹

The era of congregations - social thought, education and Catholicism

Agueda Bernardete Bittencourt [Ⓘ]

[Ⓘ] Livre-Docente em Educação, Professora Assistente, Departamento de Educação, Linguagem e Arte – DELART, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, São Paulo, Brasil. agueda.bittencourt@gmail.com

Resumo: A política nacional tem colocado no centro das discussões as relações entre o pensamento social e os ideários religiosos de variadas denominações no Brasil. As Igrejas, com forte inserção nos espaços políticos, elegem a educação, a sexualidade e a laicidade como temas principais do debate. Este artigo analisa as estratégias da Igreja Católica, em acordo com setores das elites brasileiras, para desenvolver durante o século XX a evangelização da cultura, cujos efeitos marcam o atual cenário político. Para este estudo tomaram-se como objeto de análise a imigração de congregações para o Brasil e o processo de reestruturação e modernização da Igreja, tendo por base um banco de dados, em construção, onde se encontram mapeadas as agremiações e seus projetos sociais.

Palavras-chave: catolicismo, laicidade, congregações religiosas, banco de dados, pensamento social

¹ Esta pesquisa faz parte do Projeto Temático: *Congregações Católicas, Educação e Estado Nacional*, financiado pela Fapesp, processo n. 2011/51829-0.

Abstract: *The national policy has placed at the center of discussions the relations, in Brazil, between the social thought and the religious ideals of various denominations. With a strong participation in political spaces, churches, elect education, sexuality and secularism as the main themes of the debate. This article analyzes the strategies of the Catholic Church in accordance with sectors of the Brazilian elites to develop the evangelization of culture during the twentieth century, the effects of which mark the current political scene. The objects of analysis of this research are the immigration of the congregations to Brazil and the process of restructuring and modernization of the Church. The study is rooted in a database, under construction, in which these religious associations and their social projects are mapped.*

Keywords: *Catholicism, secularism, religious congregations, Catholic Church, social thought*

L'auto-identification au catholicisme a une signification principalement culturelle et affective: elle exprime leur fidélité à un ensemble de croyances, de souvenirs, de coutumes où le religieux n'occupe qu'une place modeste, même s'il reste le ciment qui tient les autres éléments assemblés.

(René Rémond)

Após séculos de catolicismo popular pouco rigoroso, avesso aos rituais e quase nada devoto, mas palaciano, às vésperas da instalação da República (1889), a Igreja criou novo projeto, visando alcançar a racionalidade dominante no mundo moderno, investiu na profissionalização do clero e na inserção de seus quadros nos distintos setores da vida social. A emigração de congregações religiosas do Velho Mundo para os Trópicos consistiu em principal estratégia para garantir esse processo, pois se fazia necessário um forte contingente de homens e mulheres religiosos e bem formados. Ganhar a região para o catolicismo romano – ultramontano – era a tarefa imposta aos religiosos imigrantes.

Para compreender o lugar dos religiosos, suas empresas e seus discursos na cultura brasileira, tomamos como objeto de estudo a instalação de congregações e seus respectivos serviços, seja pela imigração ou pela fundação desses grupos religiosos no País. Este artigo é parte da pesquisa sobre a imigração de congregações religiosas e da reestruturação da Igreja Católica. Não se trata de um estudo histórico da imigração, cobrindo 150 anos, o que seria inviável num artigo como este. O que se pretende aqui é abordar as potencialidades do banco de dados, como ferramenta de pesquisa.

Serviram-nos de ponto de partida os estudos de Rodolfo de Roux (2012, 2014), sobre o catolicismo na América Latina; Claude Langlois (1984), sobre as congregações religiosas

francesas no século XIX; Jacques Lagroye (2006, 2009), sobre os católicos na França hoje; Rolando Azzi (1983, 2008) e José Oscar Beozzo (1983), sobre os religiosos no Brasil; Fernanda Beigel (2011), sobre a circulação internacional de religiosos; e Paula Leonardi (2010), sobre as congregações religiosas no Brasil, além dos estudos sobre a elite eclesiástica – especialmente os trabalhos de Sergio Miceli (2009) e Ernesto Seidl (2003).

Em nossas buscas por dados sobre as congregações nos deparamos com algumas lendas: “Nem o papa sabe quantas são as congregações católicas” ou “Só deus sabe quantas são”. Sem dúvida existem os dados do IBGE ou do Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social – CERIS, mas não respondiam às nossas expectativas. Diante da ausência de dados abrangentes e sistematizados para a construção do mapa social das congregações, saímos a campo e logo descobrimos de onde saíram as lendas.

Inicialmente tomamos como recorte histórico o período de 1848 a 1950, mas acabamos por flexibilizar o recorte, mantendo o marco inicial, porém abrindo o período até os dias atuais. Elegemos como fontes: o *Anuário Católico do Brasil*²; uma pesquisa exploratória, com questionário; o *site* da CRB Nacional; e os *sites* das próprias congregações.

A busca dos dados, ou um método de idas e vindas

Quando demos início ao trabalho, elaboramos um questionário e passamos a buscar as informações. Queríamos saber, entre outros dados: o número de casas e de membros, os tipos de missão, os carismas, as reformas ocorridas, as condições da imigração ou fundação, os tipos de trabalho efetivamente assumidos, suas publicações, caso houvesse. Tendo como base uma lista fornecida pelo CERIS, enviamos o questionário, acompanhado de uma carta de apresentação do responsável pelo Centro de Estatísticas, a mais ou menos 360 congregações. Recebemos respostas de 40% delas, mas apenas 25% com o questionário preenchido.

Passamos, então, a utilizar uma nova estratégia de busca das informações: com o auxílio de estudantes bolsistas, fizemos contato por *e-mail*, pelo correio e por telefone, com resultados medíocres. Em geral, obtivemos resposta positiva à nossa solicitação, mas o questionário

² O *Anuário Católico do Brasil* é publicado pelo CERIS, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – e pela Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB Nacional.

preenchido jamais chegou. Nesse processo percebemos que alguns endereços da lista eram inencontráveis, pois a correspondência era devolvida pelos correios. Os casos mais frequentes de não preenchimento do questionário, entretanto, deviam-se a problemas de hierarquia. Conseguíamos acessar a congregação, mas não a pessoa com poder de decisão e capaz de liberar as informações solicitadas. Nesse processo nos recordamos dos ensinamentos de mestres e colegas em suas investidas, seja na boa escuta (Bourdieu, 1993; Canedo, 2013; Velho, 2007), seja na crítica às fontes (Lara, 2008). O importante era não desistir.

Por sugestão de Claude Langlois, iniciamos um segundo momento da pesquisa, com a consulta às fontes secundárias. Ele sugeria o uso de dicionários, enciclopédias, livros, teses, etc. Ocorre que o único dicionário de ordens e congregações que encontramos foi publicado em Portugal, não existe em nenhuma biblioteca servida pelo Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT – e, mesmo assim, não trata das congregações no Brasil. Nessa busca, nos deparamos com tabelas das ordens e das congregações no Brasil, até 1930, elaboradas por José Oscar Beozzo, porém com poucos dados: nome, país de fundação e procedência, ano de fundação e imigração.

O primeiro desafio era, portanto, elaborar uma lista a mais aproximada possível do real. Afinal, quantas são as congregações estabelecidas no País? Quantos religiosos? Dedicados a que ordem de trabalho?

Chegamos a organizar uma lista com mais de 500 ordens e congregações. Depois de um minucioso processo de comparação entre os distintos nomes usados – nomes fantasia, populares, abreviados –, foram encontradas 422 organizações abrigadas sob o nome de “congregação”, sejam elas antigas ordens, congregações propriamente ditas ou institutos religiosos. As associações católicas leigas não compõem o conjunto alcançado pelo estudo³. Essa listagem, que nos pareceu muito próxima do real, ainda passa por novas análises nas diferentes fontes disponíveis⁴.

³ Conforme o Código Canônico de 1917, todas as organizações religiosas católicas passam a usar o estatuto de congregação, devido à mudança dos votos solenes para os votos simples.

⁴ O CRB Nacional (2015) publica em sua página na internet a seguinte estatística:

“1. Institutos Religiosos e Sociedades de Vida Apostólica (Congregações) presentes no Brasil: - Institutos Religiosos de Vida Apostólica: 342; - Sociedade de Vida Apostólica: 34; Total: 376. - Institutos Religiosos de Vida Monástica e Contemplativa: 42. Total Geral: 418. Identificação canônica: - Direito Pontifício: 330, - Direito Diocesano: 84, -

A diferença entre as nossas informações e as da estatística do CRB é de apenas quatro congregações. Entretanto, o *Anuário Católico* (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, 2012, pp. 1213-1254) relaciona 591 organizações sob o título de Institutos Religiosos e Sociedades de Vida Apostólica. Ao analisar de forma mais detalhada, percebemos que a tabela do CRB registra, no item 2: “unidades jurisdicionais – 544”, número próximo das 571 presentes no *Anuário Católico*/ 2012.

Outro problema que temos enfrentado refere-se à certificação das informações coletadas, para que possam ser convertidas em dados. Ocorre que, mesmo nos questionários respondidos dentro das congregações, encontramos informações contraditórias e incompletas, que dependem de interpretação. Por exemplo: uma congregação criada no Brasil, para cuja fundação foram convidadas irmãs estrangeiras, é uma congregação genuinamente brasileira? Certamente é uma congregação brasileira, mas o conteúdo, a arquitetura, as regras são estrangeiras? Se levamos em conta o debate presente na Antropologia, talvez essas perguntas nem devam ser levantadas, dado que o nacional, quando se trata de cultura, é altamente questionado. Octávio Velho (2007) considera que a diferença de culturas não deveria ser vista como contraste ou descontinuidade. “A divisão em blocos de culturas distintas precisa ser substituída pelo sentido variável de pertencimento das pessoas em um mundo contínuo” (p. 347). Debates presentes na Antropologia sobre as sociedades globalizadas se contrapõem a questões levantadas pela Sociologia, que examina a circulação de conhecimentos, teorias e *expertises* entre países. Tal debate teórico terá que ser enfrentado na análise dos dados.

Entramos no terceiro momento da coleta, que ocorre com a busca nos *sites* das congregações, confirmada pelas informações da página do Conselho dos Religiosos do Brasil e do *Anuário*. Aqui nos defrontamos com múltiplos problemas: um número considerável de congregações não dispõe de página oficial na internet, embora seus colégios, centros sociais ou outras organizações mantenham *facebook* ou *blogs*. Ainda se encontram *sites* por província ou casa

Sem Identificação: 4. Instituições: - Femininas: 322, - Masculinas: 96. Sedes Gerais: - No Brasil: 150, - Fora do Brasil: 236, - Sem dados de endereço: 32.

2. Unidades Jurisdicionais: - Associadas: 533, - Em processo: 11, Total: 544.

2.1 Religiosos e religiosas: - Religiosas com Profissão Perpétua dos Votos: 28.601

- Religiosas com profissão temporária dos votos: 3.332, Total: 31.933

- Religiosos Sacerdotes: 1.844, - Religiosos Irmãos: 1.874, Total de Religiosos: 3.718

Total de Religiosos e religiosas: 35.651”.

ou *sites* da casa mãe. Identificar, somar e dividir essas informações tem ocupado pesquisadores e bolsistas. Assim como a falta de fontes, a ampla oferta dificulta a coleta e a checagem dos dados. No caso das congregações, a dificuldade é potencializada por nomes abreviados e uma profusão de nomes semelhantes, derivados da organização em famílias de espiritualidade, estabelecida pela reforma do Código Canônico de 1917.

Embora o *Anuário Católico* tenha sido usado para comparar e validar as informações encontradas nos *sites*, ele está organizado por diocese, o que significa que os dados de cada uma das congregações e ordens estão também organizados por diocese e por endereço. Uma edição eletrônica publicada a partir de 2015 não trouxe mais facilidade, uma vez que está organizada para servir a fins comerciais, e o endereço e a localização das unidades religiosas são prioridades.

Quanto aos *sites*, outro problema encontrado está na linguagem usada: em alguns o conteúdo é especialmente promocional, de venda de bens de salvação ou de produtos comuns e correntes: livros, CDs, DVDs, velas, santinhos e novenas; hotelaria com direito a produtos naturais, paisagem e espaço para repouso e meditação, sem referências às características da congregação. De outro lado, estão os que usam linguagem religiosa de difícil objetivação. Enfim, essa é uma fonte que necessita de um trabalho especial de qualificação das informações colhidas.

Mesmo constatando todas as limitações que as fontes oferecem, pensamos que o mapa deve continuar no horizonte e conter elementos que permitam examinar o ritmo das fundações e da entrada das organizações estrangeiras, o crescimento e o decréscimo de seus efetivos, a origem social dos fundadores e fundadoras e os destinos das congregações. Da mesma maneira, procuramos os dados que deixem ver a forma como as relações entre os bispos, os fundadores e os superiores das congregações definem o lugar de cada grupo religioso, na Igreja e na sociedade.

Na segunda parte do artigo, ensaiamos algumas análises preliminares. Tomamos 20 dos 33 itens constantes no banco. Desprezamos aqueles relativos ao número de casas de cada congregação, ao número e ao tipo de empresas mantidas ou administradas, ao número de membros e ao volume de recrutamento de novos membros, ao tipo de gestão e às reformas sofridas pelas congregações. Escolhemos tratar da origem e do destino geográfico, das datas de fundação e chegada ao Brasil, da missão e do carisma afirmado. A escolha dos fatores e das congregações está baseada no volume de informações alcançadas e na relevância para a

composição desse retrato. Entre as 260 congregações escolhidas, estão as 100 que responderam ao questionário, seguidas daquelas cujas informações foram colhidas nos anuários e nos *sites* disponíveis; portanto, não se trata de amostra estatística.

O tempo das congregações

As primeiras listagens deixam ver que foram 8 décadas de imigração ininterrupta. E que o tempo das congregações pode ter se esgotado na década de 1960. Apenas uma congregação, dentre as 260 tomadas aqui, foi fundada na década seguinte, e uma ou outra nos anos seguintes, dado que permite levantar uma hipótese sobre o surgimento de outro tipo de organização católica a partir dos anos 1970, após o Vaticano II: grupos leigos associados às congregações ou fundados por religiosos congregados.

É certo que, para entender o impacto da imigração no período que estamos chamando de “A era das congregações”, devemos lembrar que até 1880 trabalharam no País apenas 7 ordens masculinas e 11 femininas. Os religiosos não passavam de 107, e as religiosas eram 286 (Beozzo, 1983, p. 97). Era, pois, mínimo o número de religiosos, se comparado com a Europa no século XIX. Compunham o clero católico, nos anos que antecederam a República, menos de *três mil almas*, se considerarmos os 2.256 padres seculares, para atender uma população de 10.112.061, segundo o censo de 1872. O clero brasileiro encolheu, como é sabido, durante o II Império – 1832-1889. Para Rodolfo de Roux (2014), o clero teria diminuído em relação ao período colonial, quando era muito mais numeroso: “*En 1759 había en Brasil 950 franciscanos, 320 jesuitas, 850 religiosos de otras congregaciones y 580 sacerdotes seculares para atender a una población de 2.700.000 habitantes*” (p. 34)⁵.

⁵ Com relação aos dados populacionais, cabe lembrar que apenas em 1872 se tem o primeiro censo populacional geral. “O Censo Geral do Império de 1872 apresenta uma preciosa e rica informação sobre o estado da população do Brasil à época do 2. Reinado. Os 12 volumes e mais de 8.500 quadros estatísticos retratam uma situação histórica vivida pelo país e também um momento na constituição dos serviços estatísticos do Estado brasileiro. A lei de 9 de setembro de 1870 que convocou o 1. Censo decenal do Império criou paralelamente a Diretoria Geral de Estatística, o primeiro sistema centralizado de levantamento estatístico do Brasil. Feito que representou um momento importante da formação do Estado Nacional a partir dos elementos herdados da monarquia bragantina. A Diretoria Geral de Estatística do Império tornou-se, deste modo, o marco histórico inicial da estrutura do Sistema Nacional de Estatística, de que o IBGE, desde os anos trinta tem sido o elemento central”. *** (IBGE, [1874?]). * O sistema de referências autor-data que adotamos aqui não emprega esta abreviação. ** Incluí esta referência na lista. Peça, por favor, que confira a adequação da forma.

Com esses dados relacionados ao fluxo de estrangeiros que entraram no País a partir da década de 1890, é possível trabalhar com a hipótese de que havia expectativa pela chegada de religiosos estrangeiros, uma vez que a expansão desses grupos não só era disputada pela Igreja e pela Coroa Portuguesa, desde a Colônia, mas envolvia os proprietários de terra, chefes das ricas famílias de então. A abertura de mosteiros e conventos, especialmente femininos, interessava a essas famílias, que desejavam abrigar as filhas não adequadas ao casamento. Razões econômicas, como evitar a divisão da herança, ou morais levavam os pais a evitar o casamento das filhas fora de seu grupo social. A solução para as moças solteiras de “boa família” seria o convento. Entretanto, a Coroa Portuguesa necessitava de população branca e desejava as jovens casadas e povoando, com seus filhos, as terras do Brasil. Por sua vez, os fazendeiros faziam insistentes pedidos de autorização para tais fundações. As negativas se repetiam e, por vezes, ensejaram a criação de associações religiosas protegidas por párocos ou, mesmo, pelas autoridades locais. Ali as moças se refugiavam (Azzi, 1983).

Durante o século XIX, as restrições impostas às ordens e às congregações foram ainda maiores. Por toda a América Latina sopravam os ventos vindos da Europa: Revolução Francesa, positivismo e liberalismo, que geraram regras de fechamento de conventos, proibição de noviciados e, em alguns países, como Peru e Argentina, foi feito o confisco do patrimônio de ordens e mosteiros; em outros houve perseguição aos religiosos – caso da Colômbia, do México e da Venezuela (Aparício, 2000; Cuesta, 2000). No Brasil, esse clima pode ser representado pela “Questão Religiosa”, que levou ao cárcere, na década de 1870, os bispos dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira e dom Antônio Macedo Costa. Havia, portanto, mesmo no final do século XIX, um clero restrito e uma parcela da população cujas demandas por congregações e serviços religiosos foram reprimidas por longo período.

Compreender como foi possível a ocorrência de um tempo marcado pela forte presença de congregações católicas na sociedade brasileira, justamente quando da organização do Estado republicano e da expansão do pensamento liberal, implica em relacionar os três fatores que constituem o cenário nacional e internacional da época: a expulsão de religiosos das atividades sociais então assumidas pelos Estados em processo de laicização na Europa, especialmente na França e na Itália; o projeto católico para a América Latina, implementado a partir de Leão XIII (1878-1903); e as demandas do episcopado para realizar a reforma do catolicismo local,

associadas às demandas da própria sociedade brasileira, carente de *expertises* no campo social e educacional.

Não por acaso, a explosão das congregações no Brasil se deu quase um século depois de haver ocorrido o mesmo fenômeno na França (Langlois, 1984). Após a Revolução, o Estado francês estabeleceu leis que estendiam a cidadania, baseada na liberdade, na igualdade e na fraternidade, a todos os indivíduos que estivessem vivendo em seu território. Essas leis impediam a manutenção das leis canônicas referentes aos mosteiros, às ordens e às congregações, baseadas nos votos solenes de entrega total à Igreja, permanecendo os indivíduos incapazes perante as leis civis. Os votos solenes atingiam os direitos de propriedade e herança, entre outros estabelecidos pela Revolução. Os votos de pobreza dos religiosos enriqueciam as ordens e a própria Igreja. Dessa forma, com o compromisso de garantir a todos os seus direitos e deveres, o Estado francês obrigou a Igreja a se reformar.

No coração dessa reforma está a transformação das ordens e dos mosteiros para o formato de congregações, com superior geral e casa-mãe; atribuição de uma Regra de Vida; e definição de um trabalho de interesse social, além dos ofícios religiosos e da restituição dos direitos civis, pela adoção dos votos simples, de caráter privado. Disputas e resistências operaram lentamente o alinhamento dos religiosos com o novo projeto vindo de Roma. Assim como a Igreja necessitava de uma comunidade regrada, o Estado exigia uma comunidade útil, ou seja, com funções sociais como qualquer outro cidadão da república. Isso porque as próprias instituições públicas não podiam abrir mão do trabalho das irmãs de caridade e dos religiosos, especialmente nos hospitais e nas escolas. Como se pode observar, na França o clero religioso foi inicialmente acomodado como funcionário público, com salário e direitos civis e, no Brasil, com a ajuda das elites católicas, os religiosos assumiram trabalhos de interesse social, ocupando espaços próprios de um Estado republicano (Bittencourt, 2004; Langlois, 1984). Entretanto, as leis francesas da laicização, no final do século XIX, desorganizaram novamente o espaço da Igreja, com a proibição de religiosos nos serviços públicos, especialmente nas escolas. Partir foi a decisão tomada por grande número dessas congregações expulsas (Rémond, 2007).

Tal movimento migratório, muito bem acolhido na América Latina e na sociedade brasileira em particular, nos permite afirmar que a Igreja injetou, no Brasil, um relevante volume de seus quadros, não apenas pela imigração de congregações novas, mas também pela chegada de religiosos ligados às ordens antigas, já estabelecidas no País desde os tempos da Colônia. E

vindos não somente da França e da Itália, mas de distintos países europeus. Os interesses da Igreja, fragilizada na Europa e em processo de legitimação de uma política centralizada em Roma, fizeram-na considerar a América Latina como um espaço de forte investimento.

O caso brasileiro permite examinar esse processo e também entender de que maneira se deu a circulação de agentes e de *expertises* pela conexão entre Igreja e Estado republicano. Pelo fragmento de nosso banco de dados tratado aqui, é possível verificar que, enquanto nas últimas quatro décadas do Império imigraram apenas sete congregações (2,7%), a partir de 1890, o afluxo, que não se interrompeu durante 80 anos, mostrou índices mais expressivos nas décadas de 1920, 1950 e 1960.

É importante observar que, na Tabela 01, se encontram também as congregações locais, fundadas no período e que representam um volume de 19%. Mantivemos esse dado agregado a esta tabela; entretanto, ele será desagregado mais adiante neste mesmo texto⁶.

Tabela 01 – Quantidade de Congregações por década

Década	Nº	Porcentagem
1850	1	0,5
1870	1	0,5
1880	5	2
1890	14	5
1900	20	8
1910	23	9
1920	41	16
1930	29	11
1940	26	10
1950	51	19
1960	41	16
1970	1	0,5
S/I	7	2,5
Total	260	100

Fonte: Tabela elaborada pela autora

A imigração não se fez ao sabor apenas da política dos Estados liberais, pois a Igreja projetara sua expansão na região colonizada por países católicos – Portugal e Espanha. Estratégias começaram a ser postas em prática desde 1858, com a fundação do Pontifício

⁶ Todas as tabelas constantes neste artigo foram elaboradas a partir dos dados do Banco de Dados construído pelo grupo de pesquisa, disponível no seguinte endereço: <https://www.focus.fe.unicamp.br/projetos-tematicos/congregacoes-catolicas-educacao-e-estado-nacional>.

Colégio Pio Latino-Americano de Roma, instituição criada com o objetivo de formar sacerdotes para os países de línguas latinas, dentro dos cânones romanos (Fernández, 2000). No entanto, o ponto alto da investida constituiu-se na convocação, por Leão XIII, de todos os bispos e arcebispos para o I Concílio Plenário da América Latina, celebrado na sede do papado, no apagar das luzes do século XIX – 1899-1904. Desse conclave emanaram as diretrizes para a ação da Igreja.

Reuniram-se 53 prelados, dos quais 11 brasileiros, dentre eles 4 ex-alunos do Colégio Pio Latino: D. Jeronimo Thomé da Silva, arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil; D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante, arcebispo do Rio de Janeiro; D. Eduardo Duarte Silva, bispo de Goiás; e D. Francisco do Rego Maia, bispo de Petrópolis (Palomera, 2000; Souza, 2000).

Encarregados de encontrar a fórmula perfeita para a evangelização do “Novo Mundo” em processo de modernização, os prelados analisaram seus países, do ponto de vista cultural, político e religioso, e emitiram um documento que, depois de revisar todos os campos de atuação evangélica, fixava linhas de ação, visando consolidar um pensamento social, uma compreensão do mundo e do homem em sociedade. Os ventos liberais começam a penetrar a Igreja, que já não podia mais enclausurar-se.

Impossível fazer uma síntese do decreto produzido nesse conclave, dado que abarca toda a vida social moderna. Cabe destacar, porém, o fato de que, ao se reunirem as mais importantes autoridades eclesiais para traçar linhas comuns de ação, o que, por si só, já representa um projeto político sem precedentes na história da Igreja Católica, comprometeram-se as elites eclesiais locais com o projeto do qual elas mesmas se percebem autoras. Trata-se, pois, como se verá, de uma eficiente estratégia dentro do processo de “Romanização” em curso.

Dentre os pontos que nos interessam, por sua relação com a chegada maciça das congregações, estão: a preocupação dos conciliares com a formação de um clero competente, estudioso, capaz de conhecer profundamente as verdades que deve transmitir à sociedade; a unificação dos textos de catequese em um catecismo único; o estabelecimento de escolas católicas e a criação de universidades da Igreja; o apoio e a expansão da imprensa católica; o cuidado com os que sofrem (pobres e doentes); a criação de círculos católicos operários como

instrumentos de acompanhamento e formação da classe trabalhadora. Importam também as recomendações de que “não se deve separar a religião da política, antes se deveria apreciar o saudável influxo que a religião deve exercer sobre a vida política” e de que é preciso cuidar para que a relação entre o Estado e a Igreja seja de perfeita colaboração (Aguer, 2000, p 251). Disposta a manter a disputa com o Estado pela cultura, a Igreja, no entanto, prefere evitar o confronto. O movimento do final do século XIX revela o encerramento dessa fase em que a Igreja lutava por se apoderar do Estado para retomar o modelo das monarquias cristãs. O que se inaugurou com as políticas de Leão XIII foi uma tentativa de acomodação da Igreja dentro do Estado liberal republicano (Romano, 1979; Roux, 2014).

A preocupação de não mais se limitar a combater escritores laicos, hereges e ateus, e sim produzir uma imprensa própria, com jornais, livros e revistas de mesma qualidade intelectual e gráfica do material publicado pelas empresas laicas, levou a Igreja a incentivar o florescimento de escritores católicos. Assim, o capítulo VIII do documento conciliar é todo dedicado às orientações para escritores, que, em meio a um ambiente saturado de ideologias, pudessem contribuir para a “evangelização da cultura”. Para isso deveriam “agir como soldados, unidos pelos laços da caridade, com valor, ordem e concórdia pela Igreja” (Aguer, 2000, p. 253).

O tema dos escritores e intelectuais católicos esteve no centro dos debates da Igreja e ganhou mais força com o projeto de evangelização da cultura nos trópicos (Langlois, 1997; Serry, 2004). Gerou congregações especializadas, cujo carisma é pregar pela imprensa, como é o caso conhecido das Filhas de São Paulo – Paulinas – e dos Paulinos, com sua rede de livrarias espalhadas pelo mundo (Martini, 1995; Rolfo, 2001).

No seminário que comemorou os 100 anos do I Concílio Plenário Latino-Americano, Alfredo Garcia Quesada (2000) analisou o pensamento de escritores católicos que tomaram para si a tarefa de demonstrar os vínculos entre a fé e a cultura na América Latina, partindo da ideia de que nossa cultura se forjou no calor da fé. Interpretações diferentes seriam desenvolvidas por filósofos, teólogos ou literatos de cada país, tendo em conta as características de história e culturas locais.

No Brasil, o combate pela fé católica como elemento constitutivo da cultura brasileira teve como um de seus mais expressivos representantes o escritor Alceu Amoroso Lima, ao lado de Jackson de Figueiredo (Arduini, 2015; Miceli, 2001). Lima mostra todo seu vigor nos artigos

publicados na revista *A Ordem*, nos jornais diários e na extensa correspondência, que cobre o período de 1920 a 1980. Sua militância cotidiana se pode perceber nos fragmentos de uma carta de 1929 a Carlos Drummond de Andrade, um de seus “amigos de pouca fé”. Refere-se a um tempo anticatólico, que tende a ser governado pelo que ele chama de absolutismo do Estado, no que concerne à vida social, e pelo absolutismo do indivíduo, no que respeita à vida moral. Considera que

a *sociologia católica* tende justamente a defender os direitos da personalidade humana contra todo o excesso de interlocução por parte do Estado, a *moral católica* tende, ao contrário, a subordinar toda a nossa vida a uma série de hierarquias invisíveis[ênfase no original] (Andrade & Lima, 2014, p. 85).

Ora, se o mundo moderno se mostrava anticatólico, a cultura do homem brasileiro aparecia como outro empecilho ao avanço das ideias propostas pelo catolicismo reformado. “O catolicismo é uma doutrina de ordem e hierarquia de reciprocidade, por assim dizer orgânica entre a razão e a fé. E nós no Brasil somos essencialmente anti-hierarquias, somos fusionistas e confucionistas por natureza” (Andrade & Lima, 2014, p. 86).

Alceu Amoroso Lima, que esteve ligado por décadas ao Cardeal D. Leme e aos jesuítas do Rio de Janeiro, expressa a posição das autoridades eclesiásticas da época, cujo anseio era a evangelização com o sentido também de civilização, de construção de uma racionalidade própria.

Esse movimento aparece nos dados de nossa pesquisa quando nos debruçamos sobre os motivos que levaram as congregações a imigrar. Elas não apenas decidiram ser orientadas pela política geral de expansão da Igreja ou por projetos de seus próprios países de origem, mas optaram por considerar os convites feitos tanto pelos representantes do alto clero brasileiro como por políticos de cidades em processo de urbanização e modernização, ou por chefes de colônias imigradas no final do século XIX. Podemos afirmar, pois, que a demanda de alguns setores da sociedade brasileira constituiu o terceiro fator motivador do deslocamento dos religiosos da Europa para o Brasil, especialmente nas primeiras décadas do século XX.

Quando examinadas as escolhas de congregações pelos políticos locais e pelas autoridades eclesiásticas, é possível compreender que algumas foram chamadas especificamente para cuidar de santuários, outras para gerenciar editoras, outras ainda para oferecer atendimento

a crianças, jovens e “pessoas com deficiências”, e para servir em hospitais ou fundar colégios. Boa parte dos convites especificava os serviços a serem prestados e seus destinos. Aparece, nas narrativas históricas presentes nos *sites*, nas respostas aos questionários ou nos documentos publicados, a busca por pessoal especializado, seja pelo domínio da língua – no caso do atendimento aos imigrantes poloneses, italianos, alemães e libaneses –, para tornar possível a evangelização, a educação ou a assistência à saúde, seja pelo domínio de saberes específicos, como é o caso das enfermeiras, dos professores, dos editores e dos responsáveis por santuários.

Convites partiram de membros das elites, como ocorreu com as Irmãs de Sion, que vieram com o encargo de abrir colégio para as meninas, ou com a Congregação Romana de São Domingos, cuja missão era ocupar-se da educação de meninas em Minas Gerais. Entretanto, os maiores incentivos à imigração partiram de membros do clero: padres que buscaram irmãs para ajudar em suas empresas, como foi o caso dos redentoristas às Irmãs de São Pedro Canísio, convidadas, no início do século XX, para assumir a Editora Santuário, pois elas já conheciam o *métier*, ao qual se dedicavam na Suíça; e bispos, que demandavam trabalho pastoral e social.

Os dois momentos de maior intensidade desse processo migratório e de novas fundações (1920, 1950 e 1960) ocorreram em períodos de importantes mobilizações sociais e cujas demandas eram distintas: os anos 1920, com o esgotamento do modelo da República Velha, o surgimento dos movimentos operários e anarquistas, do movimento modernista nas artes e nas letras, do Partido Comunista Brasileiro – PCB –; e, na década seguinte, a organização dos movimentos pela educação, com suas associações, suas conferências e seus projetos com direção à educação laica, pública e obrigatória, com vistas à formação do cidadão e da nação brasileira.

Esses movimentos configuravam o cenário descrito por Alceu Amoroso Lima e que deveria ser combatido pela Igreja, como proposto no Concílio Plenário. A Igreja reagiu, importando os religiosos com suas *expertises* e organizando o laicato católico.

O bispo Dom Leme e o jesuíta padre Leonel Franca, aliados a Jackson de Figueiredo, no Rio de Janeiro, criaram um centro cultural que reunia: o centro de estudos que veio a ser o conhecido Centro Dom Vital, a Revista *A Ordem* e, mais tarde, a Editora Agir, complexo de articulação das ações culturais comandadas pela Igreja (Arduini, 2015; Massimi, 2000, Miceli, 2001). Esse centro de difusão do pensamento católico aliou-se a outros já existentes, como o

dos franciscanos, com sua editora e sua Revista *Vozes de Petrópolis*, e o dos redentoristas em Aparecida do Norte, com sua editora, seu santuário e o propósito de projeção da padroeira do Brasil. Entre os artistas, membros leigos de congregações religiosas e que fizeram parte das redes ligadas a esses centros difusores, cabe ressaltar a figura do poeta Murilo Mendes e o emblemático pintor e escultor Carlos Oswald, militante incansável das causas da arte e da arte sacra em particular, como demonstra o artigo de Godiva Accioly, nesta coletânea, além de uma plêiade de intelectuais e técnicos atuantes nas estruturas do Estado.

Durante os anos 1930 a 1950, a chegada de religiosos continuou, como também se mantiveram as fundações de congregações. Nesse período a Igreja estabeleceu uma bem-sucedida colaboração com Getúlio Vargas, centrada no Ministério da Educação, durante 15 anos chefiado pelos católicos mineiros. De dentro do próprio Ministério, a Igreja, através do Centro Dom Vital, projetou sua primeira universidade no País, levantada sobre os escombros da Universidade do Distrito Federal idealizada por Anísio Teixeira e bombardeada pelos católicos do Rio de Janeiro, antes mesmo de estar inteiramente estruturada. A universidade, para Amoroso Lima, deveria constituir não só o coroamento de todo o processo educativo, mas uma instituição cuja finalidade é a formação do homem completo. Teria a cultura geral como uma de suas bases: “Essa cultura geral é que tem que dar ao homem a consciência de suas três dimensões, no sentido de si próprio, no sentido do próximo e no sentido de Deus” (Athayde, 1957, s/p).

Mas foi no Pós-Guerra que o processo de imigração se intensificou mais uma vez. Trata-se do momento em que as políticas internacionais, com a criação dos grandes organismos encarregados de manter a paz e reconstruir as nações destruídas pelo conflito, lançaram o debate, no cenário nacional, dos grandes problemas sociais – fome, analfabetismo, questão agrária –, todos a exigir soluções. O País vivia um de seus períodos de abertura democrática. O Partido Comunista era novamente legal. A urbanização era crescente, o Estado investia na industrialização, ao mesmo tempo em que se aparelhava, criando as estruturas de gestão e serviços públicos. É desse período a criação da Fundação Getúlio Vargas – FGV, do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, da Comissão Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre outros organismos de Estado.

Assim, os anos 1950 e 1960 também representam o período em que o Estado completou as estruturas criadas durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) e que se sustentam até hoje. A educação era tema de forte disputa. Não apenas o Sistema de Ensino Superior, com a pós-graduação e as universidades públicas foi projetado, como a primeira Lei de Diretrizes e Bases – LDB – foi debatida e aprovada, consagrando o sistema nacional de educação. Prolongou-se por 12 anos o embate pelo financiamento público para a educação, entre os educadores liderados por Anísio Teixeira e os militantes católicos representados por Gustavo Capanema.

Nessa época se acirraram os conflitos dentro da própria Igreja no Brasil. Enquanto alguns setores mantinham as orientações tradicionais, como é o caso dos bispos do Rio Grande do Sul, um outro grupo, integrado por bispos de São Paulo, do Nordeste e do Centro-Oeste elaborou, em diálogo com seus pares da América Latina e da Europa, o que viria a ser uma nova teologia. Franciscanos e dominicanos lideraram esse processo.

Assim a Igreja Católica atuava em diferentes espaços sociais, e muitas vezes com engajamentos políticos não apenas distintos, mas opostos: pressionando ou assessorando governos, organizando e apoiando movimentos sociais. Enquanto Capanema e os católicos do Centro Dom Vital estavam no Congresso Nacional ou no Conselho Federal de Educação, defendendo o ensino religioso e o financiamento público para as escolas confessionais, os dominicanos ligados à província francesa, associados aos católicos paulistas, receberam (1947) o projeto “Economia e Humanismo”, do padre Louis-Joseph Lebret, que foi irradiado para o Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais, com a finalidade de assessorar governos em projetos de desenvolvimento econômico baseados em princípios humanistas. Na mesma linha política, dioceses do Brasil Central e do Nordeste espalhavam o Movimento de Educação de Base – MEB, comprometido com a alfabetização de jovens e adultos, e estudantes universitários, artistas e intelectuais criavam movimentos de cultura popular e centros populares de cultura (Paiva, 1987; Pelletier, 1996). O movimento dos padres operários, também inspirado pelos franceses, teve um forte núcleo, plantado em São Paulo pelos dominicanos. O terreno era fértil para ação da Igreja, que criou a Ação Popular – AP – no início dos anos 1960, organização que chegou a agrupar mais de 70 mil militantes nos seus 20 anos de atuação (Filgueiras, 2014).

Se, nas primeiras décadas do século XX, as congregações estavam envolvidas na fundação de colégios para a educação dos filhos das elites e na administração de hospitais e

asilos, nos anos 1950/1960 era o esboço de uma nova teologia, politicamente engajada, fundada na opção pelos pobres, que as atraía. Muitas são as congregações que afirmam ter imigrado graças aos efeitos dos debates ocorridos durante o Concílio Vaticano II e à exposição da política praticada por setores progressistas da Igreja latino-americana. A Tabela 02 ilustra esse movimento.

Tabela 02 – Congregações por país de origem

País	Qtd.	Porcentagem
Itália	71	27
França	42	16
Alemanha	22	9
Espanha	21	8
Holanda	11	4
Bélgica	9	3,5
EUA	4	1,5
Outros Países	32	12
Brasil	48	19
Total	260	100

Fonte: Tabela da autora

Os grupos chegaram de diferentes países, predominantemente europeus e, em maior número, vindos da Itália e da França, países cujo clero é mais alinhado com o papado. Dentro da Europa, os religiosos alemães, holandeses, espanhóis e os belgas constituíram grupo relevante. Embora o número de imigrantes europeus fosse o mais expressivo, como revela a Tabela 02, já aparecia, de forma ainda que tímida, a circulação dentro das Américas, com 5% do total, de religiosos, e 6% envolvendo países da Ásia e da África. Essa circulação, em geral, expressa os contingentes que partiram da Europa para os Estados Unidos ou para países da África e da Ásia e não foram aceitos ou não se adaptaram e acabaram remanejados para o Brasil⁷. Demonstra a amplitude do projeto da Igreja e a demanda aberta pelo episcopado e pela sociedade brasileira.

⁷ Nas três últimas décadas, esse quadro está mudando, consolida-se a tendência de circulação internacional multilateral. São significativos os contingentes de religiosos procedentes de países da África e da Ásia, inseridos nas congregações religiosas já instaladas, vivendo no Brasil. Este tema deverá ser examinado nas pesquisas que estamos iniciando em 2017.

Tabela 03 – Congregações brasileiras por década

Década	Nº	Porcentagem
1850	1	2
1890	4	9
1900	3	6
1910	7	15
1920	10	21
1930	5	10
1940	5	10
1950	10	21
1960	1	2
1970	1	2
Sem Informação	1	2
Total	48	100

Fonte: Tabela da autora

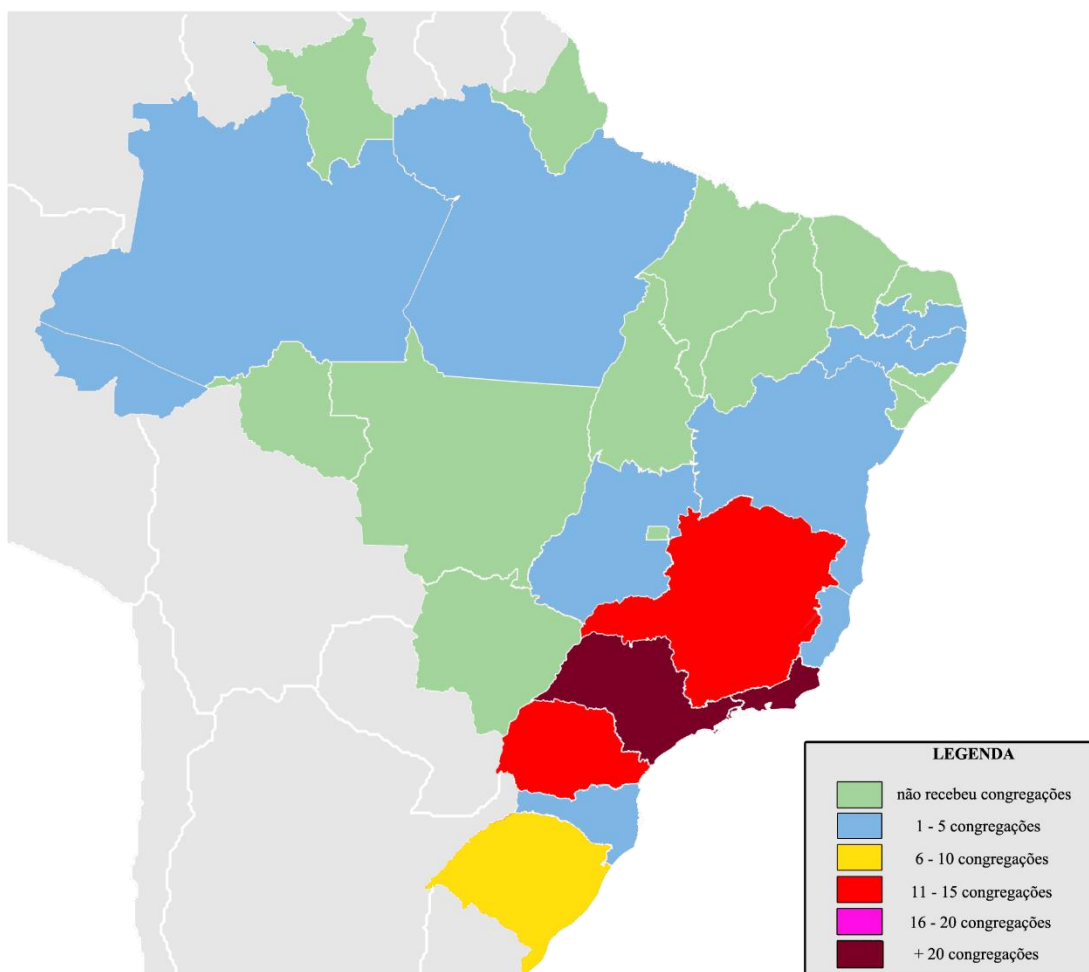
O movimento de fundação das congregações brasileiras acompanhou o fluxo imigratório das estrangeiras, com números mais expressivos nas mesmas décadas de 1920 e 1950. Há continuidade de fundação em pelo menos sete décadas. Sobre as congregações brasileiras, poderíamos dizer que algumas delas são fruto de dissidências das estrangeiras, outras cumprem o papel de substituir uma congregação estrangeira que não se adaptou ou que enfrentou forte conflito com a população local. Esse é o caso descrito no artigo “Papel da congregação das capuchinhas na formação de classes médias e elites regionais”, assinado por Maria Aparecida Custódio, publicado nesta coletânea. Especialmente os institutos femininos, frequentemente originados por grupos de mulheres leigas que já serviam à Igreja em trabalhos de catequese, orientação em escolas dominicais ou em serviços de caridade, se convertiam em congregação com o apoio de um padre ligado ao processo de romanização. Assim se deu a fundação das Irmãs Catequistas Franciscanas e das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, ambas em Santa Catarina (Bittencourt, 2004; Custódio, 2014).

Nossos estudos, como também o de Paula Leonardi (2002), mostram ainda a colaboração entre as congregações não só na recepção das recém-chegadas, mas, especialmente, na formação de aspirantes e noviças das congregações novas brasileiras pelas estrangeiras mais antigas já estabelecidas no País.

Pelo lado da recepção, destacam-se os estados mais ricos, populosos e de maior influência política, como se pode ver no mapa seguinte. Os preferidos pelas congregações imigrantes eram São Paulo e Rio de Janeiro, seguidos de Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, sendo os três primeiros os protagonistas na cena social e política desde os primeiros anos

do período republicano. Os dois últimos – Paraná e Rio Grande do Sul – se beneficiaram da imigração por terem abrigado importantes contingentes populacionais, oriundos da imigração de colonos patrocinada pelo Governo Imperial no final do século XIX. Assim, as regiões rurais do Sul despertavam o interesse das congregações estrangeiras, enquanto as tradicionais e mais pobres seriam atendidas pelas brasileiras. A concentração no Sul e no Sudeste acompanha o deslocamento do desenvolvimento e da riqueza brasileira do Nordeste para o Sul e o Sudeste com o ciclo do café. Tal concentração corrobora as análises de Bourdieu (2011) sobre a relação do clero especializado com as sociedades urbanizadas e com a divisão do trabalho em manual e intelectual.

Gráfico 01 - Recepção das congregações, por estado da federação



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

Uma comparação entre o local de estabelecimento das congregações imigradas e aqueles preferidos pelas congregações fundadas no Brasil no mesmo período pode indicar a divisão de trabalho entre o clero estrangeiro e o clero nacional. Enquanto as congregações estrangeiras se estabeleceram prioritariamente nos grandes centros do Sul e do Sudeste, como se pode ver nas tabelas 04 e 05, as congregações brasileiras apareceram nos estados periféricos e nas cidades do interior dessas mesmas regiões. Do total de fundações presentes nesse nosso universo: só 23% foram fundadas em capitais do Sul e do Sudeste; 14% apareceram em capitais do Norte e do Nordeste; 40%, em cidades do interior do Sul e do Sudeste; 17%, em cidades do interior do Norte e do Nordeste; 2%, no Centro-Oeste; e 4% não informaram. Cabe indagar sobre os capitais sociais e as propriedades dos religiosos das distintas congregações estrangeiras e brasileiras e suas relações com os locais de estabelecimento no Brasil.

O dado encontrado por Seidl e Neris (2011) sobre a entrada de 25% de prelados estrangeiros na elite episcopal, essencialmente brasileira até os anos 1910, corrobora essa indagação. Tal mudança na composição do episcopado coincide com a entrada das ordens e das congregações em volume considerável no País. Mas não por acaso, são os italianos que aparecem em maior número no quadro da elite eclesiástica. Os franceses, por sua vez, não estão presentes, embora sejam o segundo grupo em volume de congregações imigradas. Entre as 25 masculinas, que poderiam fornecer quadros ao episcopado, 11 são italianas e 7 francesas.

Tabela 04 - Congregações italianas por destino

	1850	1860	1870	1880	1890	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980
Acre														
Alagoas														
Amapá														
Amazonas														
Bahia										1		1		
Ceará														
Distrito Federal														
Espírito Santo														
Goiás														
Maranhão														
Mato Grosso														
Mato Grosso do Sul														
Minas Gerais						2	1				1			
Pará								1						
Paraíba														
Paraná							1				1	2		
Pernambuco														
Piauí														
Rio de Janeiro					1			5	2	2	3	1		
Rio Grande do Norte														
Rio Grande do Sul											1	1		
Rondônia														
Roraima														
Santa Catarina														
São Paulo					1					3	1			
Sergipe														
Tocantins														
Não identificado	37													

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Tabela 05 - Congregações francesas por destino

	1850	1860	1870	1880	1890	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980
Acre														
Alagoas														
Amapá														
Amazonas														
Bahia														
Ceará														
Distrito Federal														
Espírito Santo														
Goiás														
Maranhão														
Mato Grosso														
Mato Grosso do Sul														
Minas Gerais				1		2		1		1				
Pará				1										
Paraíba														
Paraná														
Pernambuco														
Piauí														
Rio de Janeiro				1	1		1	1			1	1		
Rio Grande do Norte														
Rio Grande do Sul														
Rondônia														
Roraima														
Santa Catarina														
São Paulo					1	2		1		1	1	1	1	
Sergipe														
Tocantins														
Não identificado	21													

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Ao analisar os países de onde procedem os dois maiores grupos de religiosos imigrantes (Itália e França), podemos verificar que, embora houvesse forte concentração de italianos no Rio de Janeiro e eles tivessem uma presença marcada no Sul e no Sudeste, estabeleceram-se também na Bahia, no Pará e no Espírito Santo. As congregações francesas elegeram os centros urbanos mais desenvolvidos, cujas elites, nas primeiras décadas do século XX, almejavam uma educação refinada para seus descendentes, especialmente para suas filhas, como demonstram estudos monográficos sobre colégios femininos (Colombo, 2013; Leonardi, 2002; Perosa, 2008; Xavier de Brito, 2010). Mas o Sudeste era também o espaço de organização de movimentos sociais, das concentrações operárias e das grandes favelas. Espaço de interesse de muitas congregações. O destino preferencial das francesas foi São Paulo, seguido do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Destinos diferentes tiveram as congregações – russas/polonesas, libanesas ou

alemãs – convidadas para realizar educação ou assistência religiosa nas colônias de imigrantes estabelecidos no Brasil.

Ao tomarmos aleatoriamente dois exemplos para examinar como se havia dado a expansão, constatamos que as razões da imigração já definiam onde iriam se instalar as casas filiais e como se constituiria a rede da congregação, embora não possamos desconsiderar que as congregações se adaptavam e se adaptam às demandas locais, reformavam e reformam seus carismas e redefinem suas missões.

Exemplo 1

A Congregação dos Santos Anjos, vinda da França, chegou ao Rio de Janeiro em 1893 e expandiu-se por Minas Gerais, Rio de Janeiro e por Santa Catarina, com vários colégios para as filhas das elites locais. Abriu um em São Paulo e chegou, por fim, ao Rio Grande do Sul, ao Paraná, ao Espírito Santo e a Sergipe. Na década de 1940, transferiu sua sede geral da França para o Brasil e manteve no país de origem apenas duas casas. Trata-se de uma congregação cuja missão é a educação de crianças e jovens, trabalho que perdeu seu lugar na sociedade francesa, desde o final do século XIX, mas ainda encontra espaço no Brasil. A congregação, com sete colégios em funcionamento, não tem conseguido expandir essa rede, o que a obrigou a adaptar suas obras sociais. As novas casas educativas, de criação mais recente, foram chamadas de “comunidades inseridas” e dedicam-se a oferecer educação complementar a crianças e jovens, filhas de famílias consideradas de vulnerabilidade social. Essas casas representam também a adesão às orientações emanadas do Vaticano II.

Exemplo 2

Ao sair da Rússia para o Paraná em 1906, a Congregação da Sagrada Família de Maria fez sua primeira internacionalização. Chegou ao sul do País por convite das comunidades de imigrantes estabelecidas na região. Veio, portanto, respondendo ao convite da comunidade russa e polonesa, que desejava educação e assistência religiosa para seus filhos. A expansão, neste caso, se deu dentro do estado do Paraná, onde vive numerosa colônia polonesa. Nos primeiros anos, a congregação fundou em torno de 30 escolas, pensionatos e asilos para idosos. Hoje

possui mais de 50 casas, predominantemente nos estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mantém costumes tradicionais, como o uso de hábitos diferenciados para irmãs consagradas, postulantes e noviças. Realiza trabalhos especializados também tradicionais, como a fabricação de paramentos litúrgicos. Colabora, oferecendo professoras e técnicas especializadas, na formação de sacerdotes em seminários da região.

Nesse caso, o grupo religioso correspondeu às expectativas de seus anfitriões, o que gerou expansão centrada na própria região onde a cultura europeia (polonesa) da população ofereceu uma situação confortável para a atuação das religiosas, as quais não enfrentaram sequer as barreiras linguísticas, uma vez que, até meados dos anos 1930, a escolarização nas colônias imigrantes podia ser oferecida em sua língua materna.

Ao examinar as missões declaradas pelas congregações, vemos que a maioria referiu mais do que uma missão. Aqui fizemos um esforço de classificação e encontramos dois grandes grupos: aquelas dedicadas aos serviços estritos, à manutenção e à expansão da Igreja e outras voltadas aos serviços sociais. Essa classificação, embora didática e provisória, permite ver o movimento das organizações no interior da Igreja. Encontramos a seguinte distribuição: 43% das missões declaradas referem-se ao serviço direto de manutenção e expansão da Igreja, enquanto 57% constituem-se em trabalho social. Aqui se trabalhou com apenas 185 congregações, uma vez que sobre as demais 75 ainda não foi possível definir a missão. Os índices mais elevados referem-se à evangelização estrito senso, à educação e às obras sociais. Se agruparmos educação e evangelização – esta última um tipo particular de educação –, vamos encontrar 41% das missões comprometidas com o processo de formação da população brasileira. Se tomarmos a afirmação do serviço aos pobres, em obras sociais, encontramos 30% das missões declaradas, enquanto a missão de cuidar da saúde significa apenas 9% das missões. Embora a evangelização não esteja expressa como missão em todas as congregações, a maioria evangeliza nos colégios, cuja missão é educar; ou nos movimentos sociais, onde tem a missão de assessoria. Assim também nas chamadas obras sociais, como os asilos, os pensionatos ou os lares de acolhimento⁸.

⁸ Neste artigo, estamos trabalhando com a missão atual das congregações; em outro trabalho serão analisadas as reformas, as mudanças de carisma e de missão ao longo do tempo de atuação em seus lugares de origem e no Brasil.

Tabela 06 – Missões das congregações

Missões	Qtd.	Porcentagem
Oração e contemplação	30	9
Serviço Missionário	27	7
Serviço Litúrgico	15	4
Evangelização	82	23
Educação	65	18
Obras Sociais	66	19
Saúde	29	9
Serviço aos pobres	38	11
Total – (185)	352	100

Fonte: Tabela elaborada pela autora

- 1 - Evangelização** (catequese, retiro, atividade pastoral, centro de cultura religiosa; combate ao materialismo ateu; pregadoras defensoras dos valores cristãos; trabalho pela justiça e pela paz; evangelização pela mídia – rádio, TV, jornal, revista)
- 2 - Serviço missionário** (missões em locais pouco assistidos pela Igreja e missões estrangeiras, África em especial)
- 3 - Serviços litúrgicos** (assistência a paróquias e santuários)
- 4 - Oração e contemplação**
- 5 - Educação** (escolas, colégios, educação técnica, educação doméstica, educação superior, formação religiosa para leigos e para o clero; educação para pessoas com deficiência (mudos, surdos, cegos)
- 6 - Obras sociais** (assistência a alunos, famílias, crianças vitimizadas, lares de acolhimento, hospedagem, pensionatos; asilos e orfanatos (assistência a crianças, velhos e demais necessitados); promoção da vida; pastoral carcerária; promoção da mulher; assistência a movimentos sociais (MST); projetos sociais (cidadania e qualidade de vida)
- 7 - Saúde** (assistência em domicílio, hospital)
- 8 - Serviço aos pobres** e prática da caridade
- 9 - Informação não disponível**
- Total** -260 congregações

À guisa de conclusão

Esgotou-se a era das congregações, diminuiu o número de católicos declarados nos últimos censos nacionais, caiu o recrutamento de religiosos no País. Entretanto, as colaborações entre a Igreja Católica e o Estado, ou mesmo da Igreja dentro do Estado, ao longo do período republicano, jamais se extinguíram ou foram rompidas. Os enfrentamentos sempre foram localizados, sendo garantidas as alianças por alguns setores da elite eclesiástica. Foi assim no estabelecimento da República, nos anos 1930 com Getúlio Vargas, ou durante o regime militar, nos anos 1964-1984. Não é, portanto, em políticas de Estado intencionalmente dirigidas contra a Igreja que se podem encontrar as causas do declínio do catolicismo, seja em número de indivíduos ou, mesmo, de projetos sociais.

As razões do declínio podem estar, sim, nas políticas públicas para a Educação, para a Saúde e para a Assistência Social, mas não em políticas contra a Igreja. Recentemente, a reestruturação do Estado, após a Ditadura Militar, e suas políticas expressas na criação: do Sistema Nacional de Educação – SNE, do Plano Nacional de Educação – PNE e do Serviço Único de Saúde – SUS, trouxeram garantias aos setores mais vulneráveis da população brasileira e limitaram o espaço ocupado pelas organizações assistenciais, no plano social. Tal reestruturação do Estado, ocasionada pela forte pressão dos movimentos sociais surgidos depois dos anos 1970, contou com a participação positiva dos setores progressistas da própria Igreja Católica. O Partido dos Trabalhadores – PT, que exerceu importante protagonismo na política nacional depois dos anos 1980, tem na sua origem quadros formados dentro da Igreja Católica⁹.

Talvez o fator decisivo nesse processo esteja ligado aos efeitos das disputas ocorridas durante o Vaticano II. A associação aos ideais comunistas pelos grupos considerados progressistas e o abandono do clero por importantes quadros oriundos das ordens e das congregações socialmente reconhecidas, quando o próprio Vaticano impôs a frustração de expectativas no conclave, sem dúvida, permitem explicar em parte o declínio das congregações. Da mesma forma, os avanços dos movimentos sociais, a emancipação da mulher e a progressão das políticas para assegurar os direitos humanos restringiram o espaço de atuação da Igreja no

⁹ Cabe uma consulta à tese de doutorado defendida por Vinícius Parolin Wohnrath (2017), *Constituindo a Nova República. Agentes católicos na Assembleia Nacional 1987-88*.

modelo assistencial, o que não significa restrição à atuação da Igreja Católica ou das Igrejas cristãs em seu conjunto.

Diante das constatações apresentadas, a proposta de elaboração de um mapa social das congregações revelou-se altamente promissora, pois oferece condições para análises dos diferentes campos onde se dá a atuação religiosa no Brasil. Traz elementos para se pensar a política do clero nas diferentes regiões do País, além de indicar as práticas e as reconversões dos religiosos.

Nas construções materiais e simbólicas que aparecem no mapa – universidades, colégios, templos, discursos, obras de arte, livros, leis –, define-se o espaço ocupado pela Igreja na cultura não apenas por um século. O grau de perenidade desses bens materiais e imateriais gerados pela “ocupação religiosa” é algo que não se pode medir, mas é lícito especular, com base na história de sociedades mais antigas, onde as marcas do passado se mantêm.

Por fim, considerar as dificuldades na elaboração do banco de dados configura uma das formas de instrumentar os pesquisadores atuais e futuros para perceber as limitações dessa fonte, a par de sua riqueza e de suas possibilidades.

Referências

- Aguer, H. R. (2000). Los documentos del Concilio Plenário de América Latina. In Pontificia Commissio pro America Latina, *Los últimos cien años de la evangelización en América Latina. Actas* (pp. 235-254). Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.
- Andrade, C. D., & Lima, A. A. (2014). *Correspondência de Carlos Drummond de Andrade & Alceu Amoroso Lima* (Leandro Garcia Rodrigues, org., introd., notas). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Aparicio, S. (2000). Los religiosos en el Perú en el siglo XX. In Pontificia Commissio pro America Latina, *Los últimos cien años de la evangelización en América Latina. Actas* (pp. 441-450). Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.
- Arduini, G. R. (2015). *Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945)* (vol. 1, 200 pp.). São Paulo: Edusp.

- Athayde, T. (1957, 30 de junho). Espírito Universitário. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. Retirado em 7 de outubro de 2015, de <http://www.pesdoc.com.br/pesdoc/>
- Azzi, R. (1983). *Vida religiosa feminina no Brasil Colonial (enfoques históricos)*. São Paulo: Paulinas.
- Azzi, R. (2008). *A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Santuário.
- Beigel, F. (2011). *Missión Santiago. El mundo académico jesuíta y los inicios de la cooperación internacional católica*. Santiago: LOM Ediciones.
- Beozzo, J. O. (1983). Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil 1870-1930. In R. Azzi, *Vida religiosa feminina no Brasil Colonial (enfoques históricos)*. São Paulo: Paulinas.
- Bittencourt, A. B. (2004). Anotações sobre a construção do sistema educacional em Santa Catarina. *Pro-Posições* (Unicamp, Impresso), 15(44), 97-118.
- Bourdieu, P. (1993). *La misère du monde*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2011). *A economia das trocas simbólicas* (Sergio Miceli, introd., org., sel., 7a ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Canedo, L. B. (2013). *Herdeiros, militantes, cientistas políticos; socialização e politização dos grupos dirigentes no Brasil (1964-2010). Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: Hucitec; Fapesp.
- Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. (2012). *Anuário Católico do Brasil* (12a ed., 2009-2010). São Paulo: Promocat Marketing Integrado.
- Colombo, M. A. (2013). *Sion - da Belle Époque aos nossos dias*. São Paulo: Editora Sion. Conferência dos Religiosos do Brasil. *CRB Nacional 2015*. Retirado em 7 de setembro de 2015, de <http://www.crbnacional.org.br/site/index.php/instituicoes-associadas?start=75>
- Cuesta, A. M. (2000). Las religiosas en América Latina durante el siglo XIX. In Pontificia Commissio pro America Latina, *Los últimos cien años de la evangelización en América Latina. Actas* (pp. 927-952). Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.
- Custódio, M. A. C. (2014). *A invenção do cotidiano feminino. Formação e trajetória de uma congregação católica 1880-1909*. São Paulo: Annablume; Fapesp.

- Fernández, A. O. (2000). José Ignacio Víctor Eyzaguirre, fundador del Colegio Pio Latino-Americano, en la “Correspondencia del Seminário Americano”. In Pontificia Commissio pro America Latina, *Los últimos cien años de la evangelización en América Latina. Actas.* (pp. 659-680). Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.
- Filgueiras, O. (2014). *Revolucionários sem rosto, uma história da ação popular.* São Paulo: Editora Caio Prado Junior.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. [1874?]. *Recenseamento do Brazil em 1872* (IBGE, ID: 25477, N° de chamada: 311.213.1(81)1872-R295r). Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Censo 2010: Número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião.* Retirado em 15 de setembro de 2015, de <http://censo2010.ibge.gov.br/>.
- Lagroye, J. (2006). *La verité dans l'Église catholique. Contestations et restauration d'un regime d'autorité.* Paris: Belin.
- Lagroye, J. (2009). *Appartenir à une institution. Catholiques en France aujourd'hui.* Paris: Economica.
- Langlois, C. (1984). *Le catholicisme au féminin. Les congrégations françaises à supérieure générale au XIXe siècle.* Paris: Les Editions du Cerf.
- Langlois, C. (1997). La naissance de l'intellectuel catholique. In P. Colin (Dir.), *Intellectuels chrétiens et esprits des années 1920* (pp. 213-223). Paris: Cerf.
- Lara, S. H. (2008, dezembro). Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, 15(28), 17-39.
- Leonardi, P. (2002). *Purissimo Coração: um colégio de elite em Rio Claro.* Retirado em 08 de setembro de 2015, de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000296053>.
- Leonardi, P. (2010). *Além dos espelhos, memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas.* São Paulo: Paulinas.
- Martini, C. A. (1995). *As filhas de São Paulo, anotações para uma história 1915-1984.* São Paulo: Paulinas.

- Massimi, M. (2000). O Centro Dom Vital e a Revista *A Ordem*. In Pontificia Commissio pro America Latina, *Los últimos cien años de la evangelización en América Latina. Actas*. (pp. 953-966). Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.
- Miceli, S. (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras.
- Miceli, S. (2009). *Elite eclesiástica brasileira 1890-1930*. São Paulo: Cia das Letras.
- Paiva, V. P. (1987). *Educação popular e educação de adultos* (5a ed.). São Paulo: Loyola; Ibrades.
- Palomera, L. (2000). El Pontificio Colegio Pio Latino Americano de Roma. In Pontificia Commissio pro America Latina, *Los últimos cien años de la evangelización en América Latina. Actas* (pp. 1123-1143). Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.
- Pelletier, D. (1996). *Economie et humanisme. De l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde. 1941-1966*. Paris: Les Editions du Cerf.
- Perosa, G. (2008). Educação diferenciada e trajetórias profissionais femininas. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 20(1), 51-68.
- Quesada, A. G. (2000). A Igreja e a cultura: grandes pensadores católicos latino-americanos no século XX. In Pontificia Commissio pro America Latina, *Los últimos cien años de la evangelización en América Latina. Actas* (pp. 693-716). Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.
- Rémond, R. (2007). *Vous avez dit catholique?* Paris: Descée de Brouwer.
- Rolfo, I. (2001). *Padre Alberione: anotações para uma biografia* (José Raimundo Vidigal, trad.). São Paulo: Paulus.
- Romano, R. (1979). *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós.
- Roux, R. (2012, enero/abril). De la “Nación Católica” a la “República Pluricultural” en América Latina. Algunas consideraciones históricas. Memorias. *Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe*, 9(16), 1-35.
- Roux, R. (2014, janeiro/abril). La romanización de la Iglesia católica en América Latina: una estratégia de larga duración. *Pro-Posições*, 25(1), 31-54.

Seidl, E. (2003). *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Retirado em 15 de agosto de 2015, de <http://hdl.handle.net/10183/3976>.

Seidl, E., & Neris, W. (2011, janeiro/junho). O episcopado brasileiro e o espaço do poder: uma cultura eclesiástica em mutação. *Rev. Pós em Ciências Sociais*, 8(15), 15-37.

Serry, H. (2004). *La naissance de l'intellectuel catholique*. Paris: La Découverte.

Souza, N. de (2000). Uma fisionomia do episcopado brasileiro presente no Concílio Plenário Latino-americano. In Pontificia Commissio pro America Latina, *Los últimos cien años de la evangelización en América Latina. Actas* (pp. 637-642). Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.

Velho, O. (2007). *Antropologia da religião. Mais realistas do que o rei. Ocidentalismo, religião e modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Wohnrath, V. P. *Constituindo a Nova República. Agentes católicos na Assembleia Nacional 1987-88*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/São Paulo, 2017.

Xavier de Brito, A. (2010). *La influence française dans la socialisation des élites féminines brésiliennes. Le collège Notre-Dame de Sion à Rio de Janeiro*. Paris: L'Harmattan.

Submetido à avaliação em 6 de agosto de 2016; revisado em 9 de agosto de 2017; aceito para publicação em 13 de agosto de 2017.